

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA com o tema:

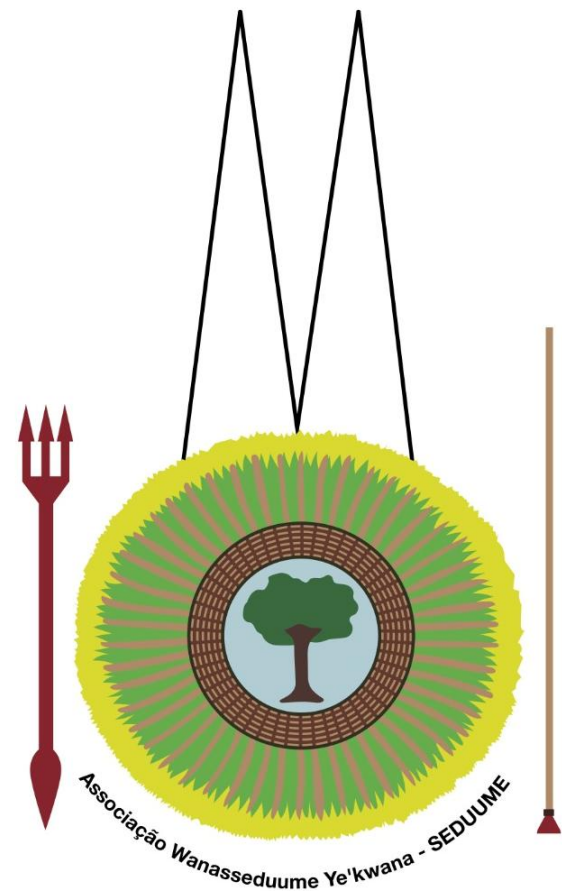
PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS PARA A TI YANOMAMI

Prestação de contas dos recursos orçamentários discricionários e dos créditos extraordinários destinados a ações no território Yanomami, bem como dos recursos do Fundo Amazônia para projetos de proteção de comunidades indígenas como o território Yanomami.

Edmilson Ye'kwana

**Vice-presidente Wanasseduume Ye'kwana - SEDUUME
- Associação do Povo Ye'kwana do Brasil**

**Subcomissão Permanente dos Povos Indígenas Yanomami –
Senado Federal**



**Recursos públicos precisam virar
proteção, saúde e vida, com participação
permanente das associações da Terra
Indígena Yanomami.**

10 de agosto de 2026 | Brasília – DF

PONTO DE PARTIDA

Prestação de contas vista a partir do Terra Indígena Yanomami

Não basta informar quanto foi destinado.

É preciso mostrar o que mudou na vida das comunidades.



5 EIXOS

1. Transparência
2. Combate ao Garimpo ilegal
3. Saúde e Reparação
4. Recursos chegando na TIY
5. Gestão Participativa

1

Quanto ainda vai ser autorizado, empenhado e pago e quais caminhos essa subcomissão pretende, de fato, adotar?

2

Em quais regiões e ações os recursos serão investidos e qual o modelo de participação inclusiva das associações da TIY serão adotadas?

3

Que resultado concreto chegou às comunidades?

DADOS ESTRATÉGICOS

Os números da crise sanitária

Indicadores apresentados pelas organizações indígenas ao Conselho Nacional de Saúde



3 anos

de emergência contínua

ESPIN declarada em 2023 e ainda vigente em 2026.

+ R\$ 1 bi

investido

O aumento de recursos ainda não produziu redução estrutural das doenças.

1.855

profissionais

Força de trabalho informada para o DSEI Yanomami.

~33 mil

casos de malária

Número registrado em 2024 para uma população estimada em ~27 mil.

**O volume de recursos e de pessoal precisa ser medido pelo resultado
Nas comunidades Dentro da TIY.**

Prestação de contas não é apenas dizer quanto foi gasto: é demonstrar presença nas aldeias, prevenção, atendimento contínuo e redução das mortes evitáveis.

DADOS ESTRATÉGICOS

Crianças no centro da emergência

Coqueluche, malária e cobertura vacinal — situação apresentada em abril de 2026



23

casos confirmados

Coqueluche em 2026.

3

óbitos infantis

Mortes registradas no surto.

44%

dos casos de malária

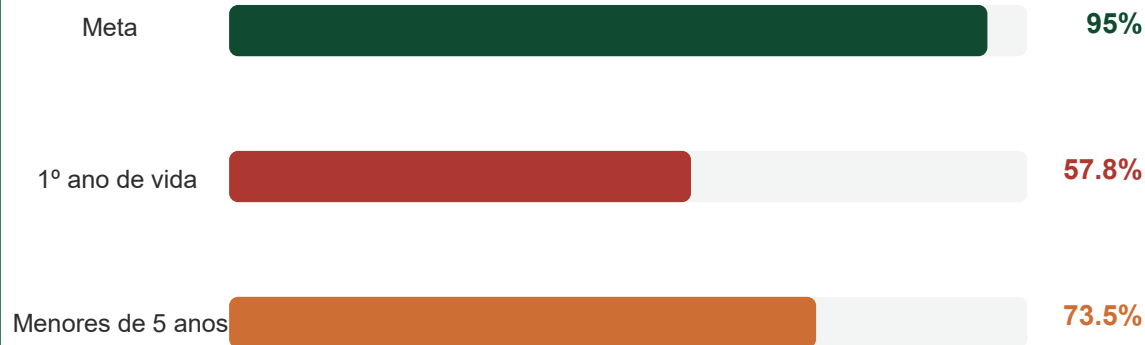
Ocorrem em crianças.

45%

das aldeias visitadas

Cobertura informada no enfrentamento da coqueluche.

Cobertura vacinal



Quanto do orçamento chega à vacinação e à atenção contínua nas aldeias?

Profissionais comprometidos com a vida e dignidade da saúde dos povos da TIY

PRESTAÇÃO DE CONTAS

O paradoxo entre investimento e resultado

A execução financeira precisa ser confrontada com a capacidade real de proteger vidas



+ R\$ 1 BILHÃO

e 1.855 profissionais

recursos e força de trabalho informados pelo Estado



**SEM REDUÇÃO ESTRUTURAL
DA DOENÇA**

A crise permanece apesar do investimento.

● Centralização em Boa Vista

● Baixa presença nas aldeias

● Alto custo logístico

Pergunta central: quanto do orçamento virou presença permanente, prevenção e cuidado nas comunidades?

EIXO 1

Recursos públicos e resultado concreto



1 TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Queremos saber quanto foi gasto, onde foi gasto e qual resultado chegou ao território.

- Apresentar execução por ação, órgão, região e finalidade — e não apenas valores globais.
- Distinguir recurso autorizado, empenhado, liquidado, pago e efetivamente executado na TIY.
- Criar acompanhamento público e periódico com indicadores compreensíveis para as organizações indígenas.

PERGUNTA AO ESTADO
Como o Estado comprova que o recurso chegou à comunidade?

GESTÃO PARTICIPATIVA DO ORÇAMENTO

EIXO
TRANSVERSAL

A participação indígena precisa acontecer antes da execução dos recursos

Não basta prestar contas depois. Os povos precisam participar da decisão sobre para onde vai o dinheiro.

O PROBLEMA

- A força-tarefa definiu a destinação dos recursos sem participação efetiva das organizações indígenas.
- Não foram apresentados critérios territorializados e transparentes para priorizar regiões e comunidades.
- As decisões não partiram de indicadores como gravidade sanitária, pressão do garimpo, distância, população e infraestrutura.
- Sem pactuação prévia, o orçamento pode não responder às necessidades reais do território.

O QUE DEFENDEMOS

- Criação de instância permanente de governança orçamentária com HAY, URIHI, SEDUUME e demais organizações da TIY.
- Definição pública de critérios para distribuição dos recursos por região, ação e nível de urgência.
 - Pactuação das prioridades antes da execução, com monitoramento periódico e possibilidade de revisão.
- Prestação de contas por comunidade e resultado: o que foi gasto, onde, por quê e qual impacto produziu.

PERGUNTA À SUBCOMISSÃO: COMO VAI AJUDAR A GARANTIR A PARTICIPAÇÃO AUTÔNOMA DAS ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS PARA GERIR OS RECURSOS DA SUA PRÓPRIA TERRA INDÍGENA?

Gestão participativa do orçamento é condição para que o recurso público responda às prioridades do território.

GUIA DE RECURSOS YANOMAMI

As próprias regras federais já exigem planejamento, participação e controle social



Guia FNAS/MDS — 2025

Fonte: Guia de Recursos Yanomami — FNAS/MDS, 1ª revisão e atualização, junho de 2025.

90 dias

para apresentar o Plano de Trabalho

24 meses

para executar o plano de ação

1 parcela

repassa fundo a fundo

100%

destinação ao público Yanomami

O guia determina que Estados e Municípios devem:

- produzir diagnóstico territorial para identificar fragilidades e necessidades reais;
- elaborar plano para consultas livres, prévias e informadas, inclusive prevendo os custos necessários;
- submeter o plano de ação e os resultados aos Conselhos de Assistência Social;
- fomentar a participação e o controle social Yanomami em todas as etapas do plano, do atendimento e do acompanhamento;
- monitorar indicadores de processo e resultado e garantir atendimento culturalmente adequado.

O orçamento precisa ser construído com os Yanomami — não apenas informado depois.

EIXO 2

Proteção territorial é condição para todas as outras políticas



2 COMBATE PERMANENTE AO GARIMPO ILEGAL

Não pode haver proteção apenas enquanto existe operação extraordinária.

- Garantir continuidade das ações de retirada de invasores, fiscalização, monitoramento e proteção das rotas de acesso.
- Transformar recursos emergenciais em capacidade permanente de presença ADEQUADA E DIGNA do Estado no Terra Indígena Yanomami.
- Avaliar os resultados pelo que acontece nos rios, nas comunidades e nas áreas pressionadas — não apenas pelo número de operações.

Posicionamento a favor da continuidade da CASA DE GOVERNO em RORAIMA por mais anos, com renovação a partir de 2027.

GARIMPO ILEGAL NA TIY — JAN.–ABR. 2026

Fonte: Relatório de balanço
quadrimestral de 2026 do ISA – Instituto
Socioambiental, julho de 2026.

A expansão desacelerou, mas focos resistentes e rotas transfronteiriças continuam ativos

17

novas cicatrizes de garimpo

10,77 ha

de novas áreas impactadas

8 regiões

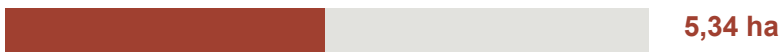
com novas áreas mapeadas

~5 horas

de sobrevoo de validação

Concentração das novas áreas impactadas

Alto Mucajaí



5,34 ha

Auaris



2,79 ha

Demais 6 regiões

Alto Catrimani, Apiaú, Ericó,
Papiu, Parafuri e Uraricoera.



2,64 ha

SINAIS DE RESISTÊNCIA E ADAPTAÇÃO

- **Pista do Gongo:** presença de pessoas e circulação de aeronaves/helicópteros com conexão à Venezuela.
- **Ericó:** turbidez de rios e marcas compatíveis com uso de retroescavadeira.
- **Homoxi e Xitei:** movimentação pela pista do Pupunha e ligação com a cabeceira do Orinoco.
- **Baixo Catrimani:** tentativa de retorno de invasores e movimentação de balsas em abril.

Menos expansão não significa fim do garimpo: é preciso vigilância contínua, controle do espaço aéreo e cooperação transfronteiriça. DEFENDEMOS A PERMANÊNCIA DA CASA DE GOVERNO DE RORAIMA!

EIXO 3

O impacto do garimpo permanece mesmo depois da retirada



3 SAÚDE, MERCÚRIO E REPARAÇÃO

O garimpo deixa doença, contaminação, insegurança alimentar e destruição dos rios.

- Vincular a prestação de contas da proteção territorial aos resultados de saúde e recuperação ambiental.
- Garantir recursos para vigilância em saúde, diagnóstico e acompanhamento dos efeitos da contaminação por mercúrio.
- IMPLEMENTAÇÃO URGENTE DE PROTOCOLO DE ATENDIMENTO PARA CASOS DE SUSPEITA DE CONTAMINAÇÃO POR MERCÚRIO EM TODOS OS HOSPITAIS DE RORAIMA E AMAZONAS.

**REFORMULAÇÃO DO DSEIYY COM
AUTONOMIA DA COORDENAÇÃO LOCAL**

VÍDEO

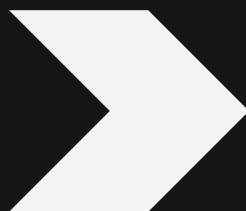
A realidade do território na voz das lideranças



OUVIR QUEM VIVE
NA TERRA
INDÍGENA
YANOMAMI
E

É REPRESENTANTE
DE BOA-FÉ!

Conv. 169 da OIT,
Art. 6º.



EIXO 4

Fundo Amazônia e investimentos para proteção das comunidades



4

RECURSOS CHEGANDO A QUEM PROTEGE A TERRA INDÍGENA YANOMAMI

Projetos para a TIY precisam fortalecer as próprias organizações e comunidades indígenas.

- Garantir participação indígena na definição das prioridades, desenho dos projetos e acompanhamento da execução.
- Apoiar vigilância territorial, recuperação ambiental, comunicação, formação e iniciativas comunitárias de proteção.
- Explicitar quanto do Fundo Amazônia chega diretamente a ações executadas com participação das organizações da TIY.

PERGUNTA AO ESTADO
Quanto chega diretamente às organizações e comunidades indígenas?

EIXO 5

Controle social: nenhuma política sobre a TIY sem os povos da TIY



5 PARTICIPAÇÃO INDÍGENA E GOVERNANÇA

A participação não pode acontecer somente quando o recurso já foi decidido e executado.

- Incluir organizações representativas no planejamento, execução, avaliação e revisão das ações financiadas, DESDE O INÍCIO!
- **INCLUIR CADEIRA PERMANENTE DE REPRESENTANTE DO FÓRUM DE LIDERANÇAS NESTA SUBCOMISSÃO DOS POVOS YY DO SENADO FEDERAL**
- Criar canal permanente de acompanhamento entre Governo, órgãos de controle e organizações indígenas.

Quem decide as prioridades e quem acompanha o resultado?

ROTEIRO DO PROTOCOLO DE CONSULTA

Como o Estado deve consultar os povos Yanomami e Ye'kwana



1

COMUNICAR

Órgão interessado comunica à FUNAI e ao MPF o projeto que pode afetar a TIY.

2

INFORMAR

FUNAI informa a FPEYY e todas as associações: órgão, proposta, justificativas e base legal.

3

CONVOCAR O FÓRUM

Hutukara articula as associações e organiza o Fórum de Lideranças da TI Yanomami.

4

APRESENTAR E ESCLARECER

Governo apresenta a proposta no Fórum. Participam lideranças, associações, FUNAI, MPF e assessores escolhidos pelos povos. Custos: governo.

5

PLANO DE CONSULTA

Se necessário, os povos definem número de reuniões, participantes, locais, assessoria e tempo; depois realizam reuniões internas nas regiões.

6

DECIDIR E FORMALIZAR

As posições retornam ao Fórum. Havendo acordo, é feita Ata de Acordos. Sem acordo, a consulta continua e o MPF pode ser acionado.

A consulta deve respeitar o tempo, a organização e a forma própria de decisão dos povos.

Fonte: Protocolo de Consulta dos Povos Yanomami e Ye'kwana (2019).

ENCAMINHAMENTOS

O que esperamos desta 2ª Audiência Pública:



- 1 Prestação de contas transparente** valores + ações + regiões + resultados concretos
- 2 Proteção permanente da TIY** continuidade orçamentária e operacional contra o garimpo
- 3 Reparação dos danos** Protocolos para saúde, mercúrio, água, alimentação e recuperação Ambiental, reestruturação do DSEIYY
- 4 Fundo Amazônia com participação indígena** fortalecimento das organizações e iniciativas comunitárias
- 5 Controle social permanente** mecanismo de participação direta e permanente de representantes do Fórum de Lideranças da TIY, HAY, URIHI, SEDUUME, TEXOLI, YPASSALI e demais organizações da TIY

Prestação de contas precisa demonstrar resultado na vida, na saúde e na proteção do Terra Indígena Yanomami.

RECURSO PÚBLICO DEVE RESPEITAR A AUTONOMIA DAS ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS NA PROTEÇÃO DE SUA TERRA!

Edmilson Ye'kwana
Vice-Presidente
Associação Wanasseduume
Ye'kwana (SEDUUME)

Posicionamento conjunto: SEDUUME • HUTUKARA • URIHI

CHÄÄNÖNGE NA!
Obrigado!

